



DIAGNÓSTICO DO SETOR PRIVADO NACIONAL

CRIANDO MERCADOS EM CABO VERDE

Um Arquipélago de Oportunidades: Vias para Promover o
Crescimento Sustentável Liderado pelo Setor Privado

Sumário Executivo

março 2024

Sobre a IFC

A *International Finance Corporation* (IFC)—membro do Grupo Banco Mundial—é a maior instituição de desenvolvimento global centrada no setor privado nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento. A IFC trabalha em mais de 100 países, utilizando o seu capital, capacidade de mobilização, conhecimentos especializados e influência para criar empregos e melhorar os padrões de vida, especialmente para os pobres e vulneráveis.

No ano fiscal de 2023, a IFC comprometeu-se com um valor recorde de 43,7 mil milhões de dólares para empresas privadas e instituições financeiras nos países em desenvolvimento, aproveitando o poder do setor privado para melhorar a vida das pessoas à medida que as economias enfrentam os impactos das crises globais agravadas. Para mais informações, consulte www.ifc.org.

© International Finance Corporation 2024. Todos os direitos reservados.
2121 Pennsylvania Avenue, N.W.
Washington, D.C. 20433

O material deste trabalho é protegido por direitos autorais. Copiar e/ou transmitir partes ou todo este trabalho sem permissão pode ser uma violação da lei aplicável. A IFC não garante a exatidão, fiabilidade ou integridade do conteúdo incluído neste trabalho, ou das conclusões ou juízos aqui feitos, e não aceita nenhuma responsabilidade por quaisquer omissões ou erros (incluindo, sem limitação, erros tipográficos e erros técnicos) no conteúdo de qualquer natureza ou por confiança nele. Os resultados, interpretações, pontos de vista e conclusões aqui expressos são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as opiniões dos Diretores Executivos da IFC ou do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (o Banco Mundial) ou dos governos que eles representam.

Fotos: Capa, © Igor Tichonow/Adobe Stock.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Cabo Verde, um pequeno estado insular em desenvolvimento, arquipelágico, tem uma geografia económica que coloca desafios e oportunidades. O país é composto por dez ilhas, nove das quais são habitadas, localizadas a 500 quilómetros (km) da costa ocidental de África, com uma população estimada em 556.000 pessoas em 2020.¹ Apenas cerca de 10 por cento da terra é arável e os recursos minerais são limitados. Cabo Verde tem um rácio mar-terra superior a 170, um dos mais elevados do mundo, e uma extensa zona económica exclusiva de mais de 700.000 quilómetros quadrados.

Antes de 1991, a economia de Cabo Verde era largamente sustentada pela ajuda pública ao desenvolvimento e pelas remessas, com limitadas receitas do turismo. De 1991 a 2018, reconhecendo o potencial inexplorado do turismo, o governo de Cabo Verde empreendeu reformas estruturais para atrair investimento direto estrangeiro (IDE) direcionado ao turismo e investiu fortemente em múltiplos projetos de infraestruturas para posicionar estrategicamente duas das suas principais ilhas, Sal e Boa Vista, para o modelo sol e mar, com tudo incluído. Este modelo, no entanto, dependia de voos *charter* para as duas ilhas, devido à capacidade limitada do governo para investir em infraestruturas e serviços locais adicionais. Em 2022, o número de chegadas internacionais atingiu mais de 785.000, o que representa mais do dobro do número de chegadas em 2010 e um aumento de vinte vezes, comparado com meados da década de 1990.

Esta estratégia, aliada a instituições sólidas e ao ambiente político estável de Cabo Verde, permitiu ganhos económicos e sociais significativos nas últimas três décadas, levando o país à transição para o estatuto de rendimento médio-baixo em 2007.² O modelo “tudo incluído” estimulou a criação de emprego e teve impactos económicos mais amplos a nível local, gerando rendimentos turísticos substanciais que foram canalizados para investimentos em infraestruturas locais, serviços e desenvolvimento do capital humano³. Além disso, Cabo Verde manteve o seu estatuto de democracia parlamentar com uma história de eleições transparentes e transições pacíficas de poder, desde que obteve a independência de Portugal em 1975. Reformas positivas do Estado de direito e uma governação institucional forte conduziram a um progresso económico e social significativo, levando à estabilidade democrática e macroeconómica. Juntamente com as Seychelles, Cabo Verde foi o país africano melhor classificado no Índice de Perceção da Corrupção de 2022 da *Transparency International*,⁴ subindo duas posições em relação a 2021. A taxa de alfabetização de adultos do país aumentou de 62,8 por cento em 1990 para 90,8 por cento em 2021.⁵ Além disso, a classificação de Cabo Verde em termos de paridade de género também melhorou significativamente, passando do 68.º lugar em 2021 para o 45.º lugar em 2022, e o país tem-se esforçado para aumentar o investimento público em iniciativas que apoiam a igualdade de género.⁶

Apesar dos progressos notáveis no desenvolvimento, o crescimento económico de Cabo Verde ficou aquém do seu potencial na última década. Embora a taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) tenha sido em média 7,5 por cento na década de 2000, esta diminuiu para uma média de 2,4 por cento nos últimos dez anos. Isto prova que o atual modelo de desenvolvimento já não está a ter o mesmo nível de benefícios económicos. A forte dependência do país do mercado de turismo com tudo incluído, a forte presença do Estado na economia e o IDE concentrado em apenas três ilhas, IDE concentrado em apenas três ilhas, com poucas ligações a outros setores a outros setores, levaram a uma agregação de valor limitada. Esta situação é evidenciada pelo declínio do IDE de mais de 40 por cento para menos de 10 por cento⁷, juntamente com baixos níveis de produtividade e um setor de serviços que exporta principalmente serviços pouco qualificados, com uma contribuição mínima de serviços de maior valor acrescentado.

A dependência de Cabo Verde do seu modelo de desenvolvimento aumenta a sua vulnerabilidade aos choques externos, que são exacerbados pelos efeitos das alterações climáticas. A pandemia da COVID-19 causou a segunda pior contração económica na África Subsaariana para Cabo Verde em 2020, revertendo importantes ganhos de desenvolvimento social obtidos desde 2015. Além disso, este modelo levou ao sobredesenvolvimento de algumas ilhas, trazendo importantes desafios ambientais, incluindo a proteção da biodiversidade, e a pressão sobre os recursos naturais—nomeadamente em energia e água—e a gestão de resíduos. O rápido crescimento do setor do turismo trouxe graves ameaças aos ricos, mas frágeis, ecossistemas costeiros e marinhos do país, colocando Cabo Verde entre os 10 focos de biodiversidade marinha mais ameaçados do mundo. A geografia do arquipélago também o expõe a uma vasta gama de riscos naturais. No Índice da Iniciativa de Adaptação *Global Notre Dame* de 2021, Cabo Verde ocupa o 85.º lugar entre 185 países em termos de vulnerabilidade e o 76.º lugar entre 193 países em termos de capacidade para responder às alterações climáticas.⁸ Estimativas recentes do Banco Mundial mostram que o país enfrenta potenciais perdas médias anuais resultantes de desastres e choques relacionados com o clima de quase 1 por cento do seu PIB.⁹

Para superar os desafios e promover a diversificação económica, o governo de Cabo Verde está a implementar duas estratégias principais para acionar novas fontes de crescimento. Com base nos objetivos do primeiro Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS), o PEDS II (2022–26) centra-se na abordagem da estabilidade macroeconómica e no fortalecimento das iniciativas da economia azul. Os objetivos do PEDS II incluem: (1) consolidar a recuperação económica através da consolidação fiscal e da diversificação económica para transformar o país num centro digital no Atlântico Médio; (2) promover a descentralização, o desenvolvimento regional, o desenvolvimento dos transportes aéreos e marítimos e a convergência territorial com destaque para a sustentabilidade ambiental, a ação climática, a resiliência, a biodiversidade e a geodiversidade; (3) promover o desenvolvimento social através do capital humano, da inclusão, da redução das desigualdades, da erradicação da pobreza extrema e da igualdade de género; e (4) consolidar a soberania nacional e promover a integração regional. Em complemento ao PEDS II, o *Ambição 2030* centra-se no fortalecimento do capital humano e no aumento das oportunidades de emprego

no turismo e na indústria, na economia azul, na economia digital, nas energias renováveis e na agricultura.

Este DSPN avalia setores onde reformas direcionadas poderiam aumentar o investimento privado, contribuir para o crescimento e apoiar a criação de empregos, alinhando-se com a visão estratégica do governo. O objetivo deste relatório é ajudar o governo cabo-verdiano a alavancar os seus recursos tangíveis e intangíveis, bem como a sua posição geográfica estratégica entre a África e a Europa, para ajudar na mobilização de capital do setor privado, aproveitando-o para acelerar o crescimento sustentável e mitigar o risco a choques externos. Para identificar esses setores, o estudo utilizou uma combinação de critérios quantitativos e qualitativos. Estes incluem (1) resultados da vantagem comparativa revelada, juntamente com análises feitas pela *International Finance Corporation* e pelos Serviços do Banco Mundial (ver apêndice A para mais detalhes), (2) potencial de crescimento das exportações de bens e serviços, (3) perspectivas de crescimento da produtividade e potencial de criação de emprego, (4) potencial para mobilização de capital privado e (5) impacto no clima.

Este DSPN analisa setores em Cabo Verde com potencial de crescimento inexplorado, onde reformas específicas poderiam aumentar o investimento privado, contribuir para o crescimento e apoiar a criação de emprego, alinhando-se com a visão estratégica do governo. Para identificar estes setores, foi utilizada uma combinação de critérios quantitativos e qualitativos, posteriormente validados através de amplas discussões, a nível interno e externo (para mais detalhes, ver parte I e apêndice A). Os critérios tomaram em conta uma análise do desempenho económico recente—incluindo tendências nos indicadores de comércio, investimento e produtividade—destacando onde o país demonstra potencial para melhoria. As discussões com os principais intervenientes, a nível local e internacional, forneceram informações adicionais sobre a dinâmica do mercado e as opiniões do setor privado sobre as oportunidades e constrangimentos em toda a economia cabo-verdiana. Por último, foi dada atenção adicional às áreas da economia onde as iniciativas públicas poderiam mobilizar capital privado, bem como às ações que poderiam ter impacto positivo na adaptação e resiliência às alterações climáticas.

As oportunidades de investimento privado residem nos setores do turismo, da economia azul e dos serviços digitais. Este DSPN pressupõe que, para aumentar o potencial de crescimento de Cabo Verde e promover um crescimento resiliente e de maior valor acrescentado, devem ser implementadas políticas que se concentrem na diversificação das ofertas turísticas, no avanço do desenvolvimento das cadeias de valor da economia azul e na promoção do crescimento do setor dos serviços digitais. Para o **setor do turismo**, este relatório vai além da tradicional oferta de sol e mar, centrando-se em subsegmentos de maior valor acrescentado e amigos do ambiente. Isto implica considerar o potencial das ilhas menos desenvolvidas em Cabo Verde. Além disso, este DSPN analisa o ecossistema da **economia azul**¹⁰ do país, com o objetivo de desenvolver cadeias de valor associadas e reforçar as ligações com a indústria do turismo e o setor privado nacional. Por último, analisa como o governo de Cabo Verde pode efetivamente aproveitar a robusta infraestrutura digital do país para explorar oportunidades emergentes nos subsectores de **serviços digitais**.

O DSPN também identifica os principais constrangimentos económicos que precisam ser resolvidos para desbloquear o crescimento do setor privado no curto e médio prazo. Resolver estes constrangimentos é crucial para atrair investimento privado e criar um impacto transformador e sustentável na economia. Estes setores promissores foram identificados através de discussões com o governo e o setor privado, análises económicas e avaliações comparativas com pares com iguais aspirações, como as Maurícias e as Seychelles. O DSPN centra-se na abordagem dos principais constrangimentos em (1) transporte e logística, (2) energia e (3) ambiente de negócios, incluindo a concorrência de mercado e o papel das empresas públicas (EP). Além disso, os desafios no acesso ao financiamento são analisados no contexto da expansão dos serviços financeiros digitais (ver capítulo 3).

O DSPN centra-se em recomendações que são consideradas viáveis a a curto (um a dois anos) e médio prazo (três a cinco anos). Estas recomendações são consideradas viáveis devido ao seu forte alinhamento com os planos estratégicos e a agenda de reformas de Cabo Verde. Em particular, a mudança no sentido da racionalização do papel do Estado na economia representa um objetivo fundamental no novo modelo de desenvolvimento de Cabo Verde, como demonstrado pelas decisões políticas do governo em vários setores. O relatório reconhece que a concretização destas ambições e as recomendações relacionadas na matriz de política—como o estabelecimento de novas parcerias público-privadas (PPP) ou a privatização de empresas públicas selecionadas—podem progredir mais lentamente do que o inicialmente previsto devido a vários constrangimentos processuais e institucionais. No entanto, estes fatores não devem impedir a implementação das medidas propostas, muitas das quais já recebem apoio externo.

Oportunidades de investimento

O que se segue é um resumo das oportunidades de investimento e recomendações de mais elevada prioridade no curto prazo. Para obter informações adicionais sobre cada setor, incluindo considerações de curto e médio prazo, consultar o relatório completo.

Turismo

Enquanto principal motor do crescimento e da criação de emprego, o setor do turismo em Cabo Verde oferece um grande potencial para catalisar o investimento privado. Olhando para além do modelo tradicional de sol e mar com tudo incluído, o setor pode diversificar-se para mercados potencialmente de maior rendimento, como (1) indústrias criativas, (2) turismo de iates e (3) turismo nómada digital. Este DSPN apresenta uma série de estratégias para acelerar o investimento privado nestes nichos. O setor do iatismo, em particular, é identificado como tendo o maior potencial de crescimento. As principais recomendações deste DSPN incluem: (1) modernizar a infraestrutura de iates para atender às necessidades crescentes do setor e à procura futura, (2) melhorar e simplificar a legislação e as políticas para segmentos de mercado, (3) construir parcerias público-privadas mais fortes, e (4) fazer promoções de investimento direcionadas. Além disso, o

DSPN abre vias para promover iniciativas de sustentabilidade e economia circular na indústria do turismo, lideradas pelo setor privado. Para que estas estratégias tenham sucesso e maximizem as oportunidades de investimento privado, o apoio do governo é fundamental, especialmente para (1) proporcionar as infraestruturas necessárias para a gestão de resíduos e (2) dar apoio direto e incentivos para as empresas investirem em práticas ligadas à sustentabilidade.

Economia Azul (pesca e aquacultura)

A rica biodiversidade marinha de Cabo Verde, incluindo mais de 5.000 espécies identificadas em ambientes terrestres e marinhos, desempenha um papel crucial no seu crescimento económico. Esta biodiversidade abre oportunidades para diversificar o cabaz de exportações do país e melhorar os meios de subsistência das populações dependentes da economia azul. No entanto, os setores das pescas e da aquacultura em Cabo Verde enfrentam desafios significativos relacionados com governança e gestão, incluindo a aplicação inadequada dos limites totais admissíveis de captura, investigação e conhecimento limitados dos recursos pesqueiros e falta de dinamismo do setor, particularmente nas pescas tradicionais. Para aproveitar as oportunidades de investimento privado na pesca de captura e em cadeias de valor selecionadas da aquacultura, os principais estrangulamentos devem ser resolvidos. Estes incluem aumentar a produtividade da frota pesqueira semi-industrial, colmatar a escassez de abastecimento nas cadeias de valor nacionais, e posicionar Cabo Verde como uma fonte distinta de produtos do mar socialmente responsável e amiga do ambiente.

As recomendações de política propostas neste relatório visam promover crescimento sustentável nestes setores, criando um ambiente favorável ao investimento. Isto implica dar aos potenciais investidores, informações claras e transparentes sobre regulamentações e incentivos e sobre as perspetivas a longo prazo do capital natural azul. A implementação destas ações permitiria ao governo de Cabo Verde atrair investimento privado em cadeias de valor-chave, libertando assim o potencial da pesca de captura e mitigando os riscos para os empresários que se aventuram na aquacultura.

Serviços digitais

Situado na interseção de múltiplos cabos submarinos internacionais de fibra ótica—o mais recente dos quais entrou em funcionamento em 2021—Cabo Verde tem uma vantagem única na ligação ao continente africano, à Europa e à América do Sul. A instalação prevista de mais cabos submarinos deverá aumentar a largura de banda internacional da internet em Cabo Verde numa média de 43 por cento anualmente. Este reforço aumentará a fiabilidade e o desempenho e reduzirá os custos para empresas e consumidores.¹¹

Aproveitando a sua localização estratégica, o governo fez investimentos significativos para estimular e apoiar o seu crescente ecossistema digital. Estes investimentos incluem infraestruturas e iniciativas de classe mundial, como o novo Parque Tecnológico Arquipélago Digital de Cabo Verde (conhecido como *Tech-*

Park) e o programa Cabo Verde Digital. Estes esforços posicionam Cabo Verde para aproveitar o setor dos serviços digitais como principal motor de crescimento, a nível nacional e regional. O país já granjeou uma forte reputação em serviços de governo eletrónico, com potencial significativo para expansão do mercado. Áreas de oportunidades emergentes—como os serviços financeiros digitais e as soluções digitais personalizadas desenvolvidas para adoção mais ampla da tecnologia no setor privado, especialmente entre os operadores turísticos locais—estão a ser implementadas por um ecossistema vibrante de jovens empreendedores.

Para desbloquear totalmente este potencial, desafios críticos devem ser resolvidos. Estes incluem (1) reavaliar o papel de instituições públicas, como o Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação e a Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, (2) promover a concorrência no setor da tecnologia financeira (*fintech*), eliminando as barreiras regulamentares, (3) acelerar a criação do Fundo de Acesso Universal à internet para subsidiar infraestruturas, acesso, soluções de serviços locais inovadoras e programas de competências digitais, e (4) reorientar o apoio público às *start-ups*, com ênfase em empresas pertencentes e lideradas por mulheres.

Restrições nos principais setores facilitadores

Analisando os estrangulamentos de desenvolvimento nos setores do turismo, da economia azul e dos serviços digitais, foram identificados os seguintes principais constrangimentos transversais ao investimento privado em Cabo Verde: (1) ambiente competitivo limitado, (2) transportes e logística, e (3) energia. A curto e médio prazo, é essencial que o governo de Cabo Verde dê prioridade à resolução destes estrangulamentos para que o país possa aproveitar plenamente o seu setor privado e orientá-lo para um crescimento sustentável e produtivo, liderado pelo setor privado.

Ambiente de negócios/concorrência

Para promover mercados competitivos e que funcionem bem, Cabo Verde deve remover as barreiras regulamentares que dificultam o investimento privado. Isto implica o reforço das capacidades institucionais para implementar regulamentos que promovam o potencial de concorrência do mercado, o que é fundamental para atrair investimentos que aumentem a produtividade, expandam a base económica e capacitem mais empresas e empresários para competirem globalmente em termos de preços e qualidade. Sendo uma pequena economia insular, Cabo Verde é estruturalmente propenso à concentração de mercado com concorrentes limitados. As empresas em Cabo Verde enfrentam riscos decorrentes da presença do Estado em vários setores, regulamentações que aumentam os custos operacionais e fraca aplicação da concorrência e da regulamentação sectorial.

Em primeiro lugar, o papel significativo do governo como regulador e interveniente no mercado em setores competitivos precisa ser reequilibrado para permitir o aumento da concorrência através da entrada de privados. As empresas com

participação pública direta e indireta igual ou superior a 10 por cento, referidas como “negócios do Estado,” detinham participações em 33 empresas, representavam 18 por cento do PIB e empregavam mais de 3.100 trabalhadores (3,5 por cento do emprego formal) em 2019. O reequilíbrio deverá centrar-se na separação dos serviços verticalmente integrados, na liberalização dos mercados através de parcerias público-privadas (PPP) e na implementação de medidas de desinvestimento, quando apropriado. A aplicação dos princípios da subsidiariedade poderia ajudar a determinar se a propriedade pública é necessária em relação a áreas melhor servidas por empresas privadas.

Em segundo lugar, para liberalizar ainda mais o mercado, será essencial introduzir o licenciamento baseado no risco, ajustar os controlos de preços e facilitar a partilha de infraestruturas em setores facilitadores essenciais. A concorrência limitada nos principais mercados de fatores de produção não só se traduz em elevados custos de internet e energia e em serviços aéreos e marítimos pouco fiáveis (passageiros e transporte marítimo), mas também diminui o atrativo de Cabo Verde para os turistas.

Por último, a criação de uma nova autoridade da concorrência em 2022 é um passo positivo para melhorar o ambiente competitivo. Contudo, a autoridade precisa ser ainda mais reforçada através de recursos humanos e de capital adicional e de uma demarcação clara de funções entre os reguladores sectoriais, de modo a supervisionar os mercados de forma mais eficaz. Uma política de concorrência sólida é essencial para permitir o investimento privado e aplicar regras pró-concorrência que garantam condições de concorrência equitativas. Cabo Verde pode aproveitar oportunidades importantes abrindo os seus mercados ao investimento privado, reformando o seu ambiente regulamentar para criar condições de concorrência equitativas e reforçando as capacidades das suas instituições para permitir uma aplicação adequada da lei.

Transportes e logística

Dada a sua geografia fragmentada e as longas distâncias entre os locais de produção e os utilizadores finais, as infraestruturas de transporte aéreo¹² e marítimo, bem como os serviços de logística, desempenham um papel crucial para o desempenho económico de Cabo Verde. O país está bem ligado ao mercado europeu de porta-contentores, mas o número de operadores permanece limitado. Embora o desembarço de cargas de produtos importados tenha melhorado, alguns processos necessitam de maior otimização. A modernização dos equipamentos portuários de movimentação de carga e a plena implementação da janela única de comércio externo são essenciais para agilizar os procedimentos de importação através da digitalização, um fator crítico, especialmente para produtos perecíveis.

A conectividade marítima inter-ilhas enfrenta desafios, incluindo ligações não fiáveis entre ilhas, inconsistências de horários, frota nacional insuficiente e regimes de subsídios e tarifas desatualizados. Estes desafios resultam em grande parte do fraco desempenho de um contrato de concessão de transporte inter-ilhas de 20 anos, iniciado em 2019. Da mesma forma, a conectividade aérea doméstica inter-ilhas enfrenta desafios como frequências de voo limitadas, uma fro-

ta de aeronaves insuficiente, fraco desempenho operacional e rigorosos limites de preços. Além disso, os aeroportos de Cabo Verde necessitam de reabilitação e expansão das pistas. Neste sentido, a concessão de 40 anos à Vinci Airports para investir em modernizações aeroportuárias amigas do clima representa um passo positivo no sentido do envolvimento do setor privado no desenvolvimento de infraestruturas do país.

A cadeia de abastecimento de produtos perecíveis em Cabo Verde enfrenta desafios adicionais, incluindo centros pós-colheita deficientes, transporte marítimo pouco fiável e capacidade insuficiente de armazenamento de frio. Além disso, a ausência de uma estratégia de logística unificada, aliada a planos sectoriais fragmentados, dificulta o desenvolvimento de uma cadeia de abastecimento eficiente. Para resolver estas questões multifacetadas, foi criado um grupo de trabalho, com o objetivo de conceber uma abordagem de logística mais integrada e estratégica em Cabo Verde. Este DSPN analisa estes estrangulamentos e propõe diversas medidas para a melhoria sectorial através da participação de privados. Estas medidas incluem (1) liberalização dos serviços de carga e regulamentação tarifária no transporte aéreo e marítimo, mantendo ao mesmo tempo certas rotas sob regime de obrigação de serviço público; (2) desenvolvimento de uma estratégia harmonizada para permitir a entrada de privados nos serviços de carga marítima e operações portuárias através de PPP, aprendendo com o sucesso da concessão aeroportuária e fazendo face a potenciais responsabilidades sociais e financeiras decorrentes da privatização de empresas públicas (ou seja, dívidas anteriores e insatisfação de trabalhadores como estivadores ou técnicos de manutenção); (3) introdução de medidas amigas do clima nas infraestruturas portuárias; e (4) criação de um plano nacional de logística e carga e de um grupo de trabalho que reunirá vários intervenientes para orientar as decisões de investimento e as reformas de política.

Energia

Sem reservas de combustíveis fósseis, Cabo Verde depende de produtos petrolíferos importados, tornando-o vulnerável a flutuações dos preços internacionais. Para mitigar esta exposição, o governo de Cabo Verde, através do seu Plano Diretor do Setor Energético, pretende ter 54 por cento da eletricidade gerada a partir de fontes renováveis até 2030, um aumento significativo face aos 17 por cento registados em 2022.¹³ Embora o acesso à eletricidade se situe nos 95 por cento, Cabo Verde tem das mais elevadas tarifas de eletricidade de África.

A principal recomendação deste DSPN para o setor energético de Cabo Verde é a conclusão atempada da reestruturação em curso da empresa pública Electra. Espera-se que este processo acelere a transição energética, mobilize capital privado ao aumentar a confiança dos investidores, reduza os custos de produção e as perdas não técnicas e melhore a qualidade do serviço. Outras estratégias para melhorar a acessibilidade e aumentar a utilização de energia limpa através da participação privada incluem (1) definição de um quadro regulamentar para sistemas de armazenamento de energia em baterias; (2) desenvolvimento de uma plataforma de inclusão do setor privado e uma iniciativa única de mitigação de riscos para investimentos em energias renováveis; (3) atualização do plano dire-

tor do setor elétrico para um quadro de planeamento energético integrado que considere várias formas de produção de energia e todo o espectro da procura de energia em todos os setores, nomeadamente o turismo e as infraestruturas digitais; e (4) atualização regular das tarifas fixas pagas aos produtores independentes e microprodutores.

Recomendações de reforma prioritárias

Este DSPN faculta uma lista abrangente de recomendações práticas que podem ser implementadas num prazo de cinco anos. O quadro ES.1 resume as principais prioridades a que o governo de Cabo Verde deve fazer face para aumentar o investimento privado. Este DSPN dá prioridade a ações de política que sejam viáveis a curto (um a dois anos) ou a médio prazo (três a cinco anos) e que proporcionem benefícios de desenvolvimento substanciais.

QUADRO ES.1

Recomendações de reforma prioritárias

Objetivos de nível superior	Restrições	Recomendações	Entidade responsável	Prazo*
1. TURISMO				
1.1. Iatismo				
Modernizar infraestruturas para responder à crescente procura, com foco nas ilhas de São Vicente e Sal.	Lacunas de infraestrutura para acomodar a procura de nichos de alto valor e fazer face às preocupações ambientais.	<ul style="list-style-type: none"> → Implementar regulamentos sobre águas residuais e esgotos para portos e marinas. → <i>Ilha do Sal</i>: Realizar um estudo de viabilidade abrangente para uma nova marina, considerando fatores ambientais, de engenharia e de mercado; posicionar uma boia de cortesia no cais de Santa Maria; e expandir os serviços de reparação para reduzir a dependência desses serviços a partir do Mindelo. → <i>Ilha de São Vicente</i>: Valorizar a Marina do Mindelo com a construção de um quebra-mar, para melhorar os seus serviços, e instalar um elevador. 	MTT, MM, Enapor	Curto/médio
Melhorar e simplificar as políticas relacionadas com o iatismo.	Ambiente político complexo para chegada e gestão de navios estrangeiros e fretados.	<ul style="list-style-type: none"> → Definir políticas para embarcações estrangeiras de propriedade privada sob regulamentação e diretrizes existentes para movimentação e responsabilidade de embarcações. → Refinar os regulamentos para clarificar a operação dos navios fretados e considerar alargar os períodos de fretamento. → Desenvolver protocolos de fiscalização para gestão de destroços e regulamentação de segurança. → Criar um portal <i>online</i> centralizado para agilizar procedimentos e pagamentos. 	MTT, MM, IMP	Curto
Estabelecer PPPs resilientes.	Colaboração limitada na governança e promoção do segmento.	<ul style="list-style-type: none"> → Rever e documentar o papel e as responsabilidades do governo no fretamento de navios, bem como na entrada, licenciamento e registo de navios de uso privado. → Estabelecer um conselho para a navegação recreativa que orientará a defesa local do turismo marítimo e de iates. 	MTT, MM, setor privado	Curto
1.2. Sustentabilidade e circularidade no turismo				
Estabelecer infraestrutura, serviços e bens facilitadores.	Infraestruturas e serviços facilitadores insuficientes a nível das ilhas.	<ul style="list-style-type: none"> → Desenvolver sistemas integrados de recolha e gestão de resíduos com os setores público, privado e terciário em Santiago, Sal e São Vicente, tendo o Sal como prioridade. 	MAA, MTT, municípios, setor privado	Curto/médio

(Quadro continua na próxima página)

QUADRO ES.1

Recomendações de reforma prioritárias (continuação)

Objetivos de nível superior	Restrições	Recomendações	Entidade responsável	Prazo*
Fornecer apoio direto às empresas.	Custos elevados e disponibilidade limitada de financiamento para que as empresas adotem práticas sustentáveis.	→ Facultar financiamento personalizado e janelas de assistência técnica no âmbito da Pró-Capital, Pró-Garante e FSST para permitir a implementação de práticas sustentáveis e circulares ao nível das empresas.	MTT, Pró-Capital, Pró-Garante	Curto
1.3. Turismo criativo e cultural				
Melhorar o planeamento estratégico e o monitoramento.	Falta de uma estratégia nacional desenvolvida de forma colaborativa e ausência de dados relevantes.	→ Desenvolver uma estratégia e um plano de ação interministerial e nacional para o desenvolvimento do segmento, incluindo contributos do setor privado e uma definição clara das funções e responsabilidades públicas e privadas, e indicadores de sucesso.	MTT, MCIC, ITCV, setor privado	Curto
1.4. Turismo nómada digital				
Melhorar o planeamento estratégico e a monitorização.	Objetivos estratégicos pouco claros e disponibilidade limitada de dados.	→ Redefinir os objetivos estratégicos, os mercados-alvo e os indicadores de sucesso do programa Trabalho Remoto, utilizando informação de mercado e em articulação com o setor privado, assegurando ao mesmo tempo o alinhamento com os objetivos mais amplos do ecossistema digital e de empreendedorismo.	MTT, ITCV, Cabo Verde Digital, setor privado	Curto
2. ECONOMIA AZUL				
Criar uma base para estratégias sustentáveis de pesca e aquacultura através da tomada de decisões baseada em dados.	Falta de informação sobre o estado de recursos pesqueiros importantes.	→ Realizar e divulgar pesquisas que demonstrem os vários tipos de aquaculturas mais adequadas às condições oceânicas atuais e futuras de Cabo Verde sob as alterações climáticas.	MM	Curto
Melhorar a governança, a gestão e a fiscalização.	A sobrepesca leva à diminuição da produtividade dos recursos pesqueiros.	→ Estabelecer e aplicar totais admissíveis de capturas e outras ferramentas de gestão.	MM	Curto
	Fraca monitorização e recolha de dados sobre capturas e práticas de pesca em navios nacionais e estrangeiros.	→ Estabelecer ou reforçar os sistemas existentes de monitorização de navios e de notificação de capturas para navios semi-industriais nacionais e estrangeiros/industriais.	MM	Curto
Esforço mais concertado para atrair investimento na aquacultura.	Falta de informação sobre oportunidades viáveis na aquacultura para os investidores.	→ Considerar a formalização das zonas para atividades de aquacultura e explorar o potencial de agrupamento de infraestruturas públicas relacionadas e outros incentivos para atrair investimento.	MM, MIOHT	Curto

(Quadro continua na próxima página)

QUADRO ES.1

Recomendações de reforma prioritárias (continuação)

Objetivos de nível superior	Restrições	Recomendações	Entidade responsável	Prazo*
Melhorar o acesso aos mercados e ao financiamento para o setor privado.	Falta de capital disponível para os pescadores locais investirem em melhores práticas de pesca.	→ Melhorar a disponibilidade de serviços financeiros, tais como produtos de crédito e seguros, direcionados aos setores das pescas e da aquacultura, condicionando-os estritamente à formalidade e ao cumprimento regulamentar.	MM, Pró-Empresa, Pró-Garante	Curto
3. SERVIÇOS DIGITAIS				
Abrir o mercado a serviços de governação eletrónica.	Presença dominante do NOSi no mercado.	→ Elaborar e implementar novos padrões e protocolos para a aquisição de serviços de governação eletrónica, incluindo a abertura de solicitações de propostas para licitações públicas; e implementar um modelo organizacional fiscalmente sustentável.	MF/MED	Curto
Melhorar o quadro jurídico para os serviços financeiros digitais.	A estrutura de governança impede a entrada competitiva no mercado.	→ Considerar o potencial de separação das operações comerciais numa nova empresa (que poderia continuar a ser uma empresa pública) e garantir que o seu papel regulador seja independente, com um mandato claro para promover a concorrência, o acesso e o crescimento do mercado.	MF/Banco Central	Curto
		→ Remover licenciamento dispendioso e barreiras de entrada que impedem que participantes privados entrem em outros segmentos do mercado <i>fintech</i> .	MF	Curto
	O quadro jurídico para os serviços financeiros digitais não está alinhado com os padrões globais e regionais.	→ Alinhar os quadros jurídicos com as normas e melhores práticas regionais e internacionais para posicionar o país como líder neste domínio. Isto inclui: (1) alinhar as regulamentações de proteção ao consumidor com os padrões globais e os princípios do G-20 delineados nos Princípios de Alto Nível para Inclusão Financeira Digital; ^a (2) criar regulamentos e diretrizes que exijam que os provedores de serviços financeiros digitais implementem medidas robustas de segurança cibernética; (3) alinhar os regulamentos de remessas transfronteiriças com os padrões regionais, em linha com os esforços da União Africana de promover corredores de remessas; (4) alinhar o quadro de interoperabilidade com as normas regionais e internacionais; (5) alinhar os quadros jurídicos com as recomendações do Grupo de Ação Financeira ^b e diretrizes regionais para prevenir crimes financeiros e manter a integridade financeira internacional.	MF	Curto

(Quadro continua na próxima página)

QUADRO ES.1

Recomendações de reforma prioritárias (continuação)

Objetivos de nível superior	Restrições	Recomendações	Entidade responsável	Prazo*
4. AMBIENTE DE NEGÓCIOS/CONCORRÊNCIA				
Reequilibrar a participação do Estado em setores competitivos viáveis para participação privada.	Presença significativa do Estado como interveniente no mercado em setores competitivos viáveis à participação privada, operando sob certas regras que criam condições de concorrência desiguais.	→ Garantir condições de concorrência equitativas entre operadores públicos e privados, (1) definindo atividades comerciais/não comerciais (obrigações de serviço público) das empresas públicas; (2) separar atividades comerciais e não comerciais, (3) exigir uma taxa de retorno de referência baseada no mercado e um valor atual líquido para o retorno dos investimentos das empresas públicas.	MF, UASE	Curto/médio
		→ Desenvolver uma metodologia que aplique os princípios da subsidiariedade e a fundamentação económica da propriedade pública para determinar se as empresas públicas novas ou existentes correm o risco de excluir a participação privada.	UASE, AdC, ARME	Curto/médio
Reformar o quadro regulamentar: Promover o acesso às redes e a outras indústrias.	Falta de regras de interligação e de garantias de concorrência para equilibrar o poder de negociação entre os operadores privados e os operadores públicos para facilitar a partilha de infraestruturas.	<i>Eletricidade e telecomunicações</i>	ARME, AdC	Curto
		→ Durante a separação do setor, reanalisar e rever as regras de interligação para estabelecer salvaguardas de concorrência que equilibrem o poder de negociação entre todos os intervenientes no mercado.		
		→ Promover a implementação das regras de interligação e garantir que todos os intervenientes no mercado tenham acesso equitativo a instalações essenciais, como a rede de fibra e a rede elétrica.		
		<i>Transporte aéreo</i>	AAC, AdC	Curto
Os controlos de preços dissuadem novos participantes e têm impacto nas perspetivas de investimento em setores-chave.		→ Rever requisitos e restrições para operadores estrangeiros.		
		→ Rever o impacto dos controlos de preços e tarifas nos serviços de passageiros e carga no transporte aéreo e marítimo e explorar alternativas que reduzam as distorções do mercado e os controlos de preços, garantindo que as obrigações de serviço público sejam cumpridas através de medidas alternativas.	UASE, AAC, AdC	Curto
		→ Avaliar a necessidade de controlo de preços nos principais setores facilitadores e explorar abordagens alternativas que permitam às empresas maior flexibilidade para adaptar os seus preços à procura real e aos custos operacionais.	UASE, AAC, AdC	Médio
Implementar o quadro regulamentar da concorrência e reforçar a capacidade institucional.	A autoridade da concorrência ainda não está totalmente operacional e a legislação prevê isenções que favorecem determinados intervenientes no mercado.	→ Garantir recursos humanos e económicos adequados e independência da AdC.	MF, AdC, ARME	Curto

(Quadro continua na próxima página)

QUADRO ES.1

Recomendações de reforma prioritárias (continuação)

Objetivos de nível superior	Restrições	Recomendações	Entidade responsável	Prazo*
5. TRANSPORTES E LOGÍSTICA				
Melhorar o desempenho e a fiabilidade dos serviços de carga marítima.	Os serviços marítimos inter-ilhas são pouco frequentes e pouco fiáveis, com uma frota obsoleta e um concessionário monopolista com baixo desempenho devido a barreiras artificiais à entrada (tarifas reguladas e licenciamento discricionário).	→ Desregular os serviços e preços de carga, visando a regulação nas rotas sob um regime de obrigação de serviço público, estritamente para manter a conectividade em áreas onde o setor privado não pode operar.	MM, ARME	Curto
		→ Implementar um mecanismo apropriado de ajustamento tarifário para serviços regulados de passageiros e carga que permita uma recuperação adequada dos custos, especialmente em segmentos/rotas onde os controlos de preços já estão em vigor.	MM, ARME	Curto
		→ Definir uma estratégia que promova a participação privada na gestão dos serviços de carga marítima.	MM, ARME	Curto
Aumentar a resiliência das infraestruturas portuárias marítimas e dos serviços associados.	As infraestruturas portuárias são altamente vulneráveis a danos e perturbações relacionados com o clima, como condições meteorológicas extremas e subida do nível do mar.	→ Introduzir critérios de adaptação às alterações climáticas para investimentos portuários.	Enapor, Cabnave, MM	Médio
Reforçar os mecanismos que fiscalizam os contratos de PPP.	Capacidade e governação limitadas para preparar e gerir eficazmente programas de PPP de contratos de alto risco (aerportos e operações portuárias).	→ Estabelecer mecanismos institucionais que promovam uma abordagem integrada no setor dos transportes e incentivem a participação privada.	MF, UASE	Curto
		→ Abrir as operações portuárias a PPP	Enapor, Cabnave, MM	Médio
		→ Reforçar as capacidades de regulação do governo para supervisionar eficazmente o sistema aeroportuário recentemente concessionado.	MTT, UASE, AAC	Curto
Desbloquear o potencial de mercado de produtos perecíveis.	Políticas e investimentos deficientemente coordenados para promover a logística de perecíveis prejudicam as ligações entre os produtores locais e o turismo.	→ Definir um quadro e uma estratégia de logística integrada com funções e responsabilidades claras para orientar as decisões de investimento e as reformas de política.	MTT, MM, MAA, MIOTH	Curto

(Quadro continua na próxima página)

QUADRO ES.1

Recomendações de reforma prioritárias (continuação)

Objetivos de nível superior	Restrições	Recomendações	Entidade responsável	Prazo*
6. ENERGIA				
Aumentar a eletricidade gerada a partir de fontes renováveis através de investimentos privados e reduzir as perdas na distribuição.	Progressos lentos no processo de reestruturação.	→ Concluir a reestruturação em curso da Electra determinada pelo Decreto-Lei n.º 34/2022.	MICE, ARME	Curto
Integrar o investimento prioritário na rede no plano diretor do setor energético.	Capacidade técnica limitada para realizar estudos abrangentes.	→ Atualizar o plano diretor do setor energético e identificar investimentos prioritários no reforço e modernização da rede.	MICE, ARME	Curto
Acelerar o fornecimento de eletricidade acessível e fiável, gerada principalmente por tecnologias de energia renovável.	Falta de regime regulatório para novas tecnologias e modelos de negócio.	→ Criar o ambiente empresarial e o quadro regulamentar para atrair investimentos em sistemas de armazenamento de energia em baterias.	MICE, ARME	Curto
	Capacidade financeira pós-separação e solvabilidade do operador de transporte e de sistema.	→ Desenvolver uma plataforma de inclusão e uma iniciativa única de mitigação de riscos para projetos de energias renováveis.	MICE	Curto

Nota: Cabnave = Estaleiros Navais de Cabo Verde; Enapor = Empresa Nacional de Portos; AAC = Agência de Aviação Civil; AdC = Autoridade da Concorrência; ARME = Agência de Regulação Multissetorial da Economia; FSST = Fundo de Sustentabilidade Social para o Turismo; G-20 = Grupo dos Vinte; Imar = Instituto do Mar; IMP = Instituto Marítimo Portuário; MAA = Ministério de Agricultura e Ambiente; MED = Ministério da Economia Digital; MF = Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial; MICE = Ministério da Indústria, Comércio e Energia; MIOTh = Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação; MTT = Ministério do Turismo e Transportes; MM = Ministério do Mar; NOSI = Núcleo Operacional Para a Sociedade de Informação; PPPs = Parcerias Público-Privadas; SISP = Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos; EP = Empresas Públicas; UASE = Unidade de Acompanhamento do Setor Empresarial.

a. <https://www.gpfi.org/publications/g20-high-level-principles-digital-financial-inclusion>.

b. <https://www.fatf-gafi.org/en/publications/Fatfrecommendations/Fatf-recommendations.html>.

*A curto prazo, um a dois anos. A médio prazo, três a cinco anos.

Notas

1. Com base em dados do banco de dados Open Data do Banco Mundial.
2. World Bank (2019).
3. MF (2022).
4. Consultar “*Corruption Perception Index 2022*,” Transparency International, Berlim, <https://www.transparency.org/en/cpi/2022/index/cpv>.
5. Com base em dados do banco de dados *Open Data* do Banco Mundial
6. WEF (2022).
7. BCV (2023).
8. Consultar “*Notre Dame Global Adaptation Initiative*,” University of Notre Dame, Notre Dame, IN, <https://gain.nd.edu/our-work/country-index/rankings/>.
9. World Bank Group (2023).
10. A “economia azul” neste relatório limita-se à pesca e à aquacultura.
11. Consultar “*Submarine Cable Map 2023*,” Telegeography, Washington, D.C., <https://submarine-cable-map-2023.telegeography.com>.
12. Embora este DSPN analise o transporte aéreo, para uma análise abrangente do setor em Cabo Verde, consultar ALG (2023).
13. MICE (2018).

Referências

- ALG (Advanced Logistics Group). 2023. “Study on Improving Transport for Tourism in Cabo Verde.” Relatório de progresso. ALG, Madrid.
- BCV (Banco de Cabo Verde). 2023. “IDE por País de Origem e Sector (2000–2020).” Praia: BCV.
- IFC (International Finance Corporation). 2023. “The Impact of Submarine Cables on the Price of Internet, and the Role of Competition and Regulation.” IFC, Washington. D.C.
- MF (Ministério das Finanças). 2022. “Ação de Controlo ao Fundo de Sustentabilidade Social Para o Turismo.” Praia: MF.
- MICE (Ministro da Indústria, Comércio e Energia). 2018. “Procedimento de Licenciamento Centrais Elétricas.” Portal de Energia. Última modificação em 8 de abril de 2019. <https://www.portalenergia.cv/setoreletrico>.
- WEF (World Economic Forum). 2022. *Global Gender Gap Report 2022*. Geneva: WEF.
- World Bank. 2019. “Cabo Verde Public Expenditure Review: Revisiting the Efficiency of Public Spending to Reduce Debt and Improve Education and Health Outcomes.” World Bank, Washington, D.C.
- World Bank Group. 2023. “Sailing Rough Seas: Accelerating Growth and Fostering Resilience to Climate Change in Cabo Verde.” Country Economic Memorandum. World Bank Group, Washington, D.C.

IFC

2121 Pennsylvania Avenue, N.W.
Washington, D.C. 20433 U.S.A.

Contatos

Zineb Benkirane
zbenkirane@ifc.org

Christina Navarrete Moreno
cnavarremoreno@worldbank.org

ifc.org